

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 537.873 - DF (2019/0300283-3)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**ADVOGADOS** : FERNANDO BOANI PAULUCCI JUNIOR - DF007711  
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITORIOS  
**PACIENTE** : LUCAS PLACIDO BARBOSA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E  
TERRITÓRIOS

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LUCAS PLACIDO BARBOSA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (Apelação n. 0002612-16.2017.87.07.0010).

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela prática do crime previsto no art. 16, *caput*, da Lei n. 10.826/2003 (e-STJ fls. 13/14), sobrevindo sentença absolutória (e-STJ fls. 15/20).

Irresignado, o Ministério Público interpôs recurso de apelação, o qual foi provido para condenar o paciente pela prática do crime que lhe foi imputado na denúncia, razão pela qual foi apenado com 3 anos de reclusão, em regime inicial aberto, e multa, com substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos (e-STJ fls. 43/48). Segue a ementa do acórdão:

**PENAL. POSSE DE MUNIÇÃO DE USO RESTRITO. TIPICIDADE.**

*Materialidade e autoria do crime de posse de munição de uso restrito comprovadas pela confissão do acusado e pela apreensão e pelo depoimento dos policiais militares.*

*O delito de posse de munição de uso restrito é de mera conduta e de perigo abstrato, cuja proteção jurídica recai diretamente sobre a incolumidade pública, a segurança e a paz social; e, indiretamente, sobre os direitos fundamentais da pessoa, tais como a vida, a integridade física e a saúde.*

*A natureza das duas munições, bem como o fato de terem sido encontradas e apreendidas logo após uma troca de tiros, tendo*

# Superior Tribunal de Justiça

*ainda, o réu, confessado sua intenção em utilizá-las, em uma espingarda, são fatores que evidenciam a lesividade da ação delitiva e impedem a aplicação do princípio da insignificância para afastar a tipicidade material da conduta.*

*Apelo provido.*

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/12), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois o condenou pela prática do crime previsto no art. 16, *caput*, da Lei n. 10.826/2003. Afirma que a posse ilegal de duas munições de uso restrito não possui significância sob o prisma jurídico-penal, o que conduz à atipicidade material da conduta.

Ao final, liminarmente e no mérito, pede o reconhecimento da atipicidade material da conduta e a consequente absolvição do paciente.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento, sobretudo em virtude das circunstâncias que antecederam a apreensão das munições.

Além disso, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispenso informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

